



PROCESSO : 41.417-4/2021  
INTERESSADO : PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (PGJ)  
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2020  
RELATOR : CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA

## RELATÓRIO

1. Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso - PGJ**, exercício 2020, sob a responsabilidade do Procurador-Geral de Justiça, Dr. **JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA**, submetidas à análise deste Tribunal de Contas, em atendimento ao inciso II do artigo 71 da Constituição da República, ao artigo 47, inciso II da Constituição do Estado de Mato Grosso, e ao artigo 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 269/2007.

2. O Balanço Geral da Instituição foi assinado pelo contador chefe, Sr. **Carlos Soares Aquino Junior**, inscrito no CRC-MT sob o MT 016356/0, e o Sistema de Controle Interno esteve sob a responsabilidade do Sr. **Leandro Seije Nagasawa**, Auditor de Controle Interno.

### 1. ORÇAMENTO

3. A Lei Orçamentária Anual 11.086, de 31 de janeiro de 2020, aprovou o orçamento do Governo do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2020, sendo que para o **Procuradoria-Geral de Justiça** (Unidade orçamentária 08101), foram estimadas as **receitas** e fixadas as **despesas** em **R\$ 512.238,702,00** (quinhentos e doze milhões, duzentos e trinta e oito mil e setecentos e dois reais).



4. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2016 a 2020, indica que o Procuradoria-Geral de Justiça vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2016	2017	2018	2019	2020
Orçamento Inicial - R\$	452.970.011,18	453.315.682,20	459.412.392,56	473.641.554,00	512.238.702,00
Orçamento Final - R\$	469.868.310,82	503.290.071,40	459.412.392,56	503.091.554,00	542.588.702,00
<b>Variação % (Orçamento Inicial)</b>		<b>0,08%</b>	<b>1,34%</b>	<b>3,10%</b>	<b>8,15%</b>
<b>Variação % (Orç. Inic./Orç.Final)</b>	<b>3,60%</b>	<b>9,93%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,85%</b>	<b>5,59%</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA)

## 2. RECEITAS

5. As receitas orçamentárias efetivadas no exercício de 2020 totalizaram **R\$ 550.915.069,52** (quinhentos e cinquenta milhões, novecentos e quinze mil, sessenta e nove reais e cinquenta dois centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
	Previstas R\$	Atualizada R\$	Recebidas R\$	Saldo R\$
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>47.713.227,00</b>	<b>45.662.865,50</b>	<b>52.126.261,00</b>	<b>6.463.395,50</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>47.713.227,00</b>	<b>45.662.865,50</b>	<b>52.126.261,00</b>	<b>6.463.395,50</b>
Receitas de Contribuições	40.742.345,71	40.663.264,47	48.364.494,80	7.701.230,33
Receita Patrimonial	6.849.809,45	4.927.342,72	3.754.335,71	-1.173.007,01
Transferências Correntes	12,77	12,77	173,19	160,42
Outras Receitas Correntes	121.059,07	72.245,54	7.257,30	-64.988,24
<b>TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAL</b>	<b>444.525.475,00</b>	<b>444.525.475,00</b>	<b>498.788.808,52</b>	<b>54.263.333,52</b>
RECEITAS CORRENTES	423.902.069,00	423.902.069,00	478.165.401,28	54.263.332,28
RECEITAS DE CAPITAL	20.623.406,00	20.623.406,00	20.623.407,24	1,24
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>492.238.702,00</b>	<b>490.188.340,50</b>	<b>550.915.069,52</b>	<b>60.726.729,02</b>

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário – Relatório SECEX e FIPLAN

6. A série histórica das receitas orçamentárias da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 2016 a 2020, revela crescimento, exceto 2018, conforme demonstrado na tabela a seguir:



	2016	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>47.525.794,19</b>	<b>45.560.885,07</b>	<b>41.692.939,44</b>	<b>47.610.511,12</b>	<b>52.126.261,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>47.525.794,19</b>	<b>45.560.885,07</b>	<b>41.692.939,44</b>	<b>47.610.511,12</b>	<b>52.126.261,00</b>
Receitas de Contribuições	33.299.598,10	35.677.333,61	36.270.021,26	41.502.318,62	48.364.494,80
Receita Patrimonial	13.830.779,00	9.634.500,46	5.164.791,46	5.518.255,59	3.754.335,71
Receita de serviço	205,74	37,20	110,00		
Transferências Correntes	99,59	31,87	11,80	516,39	173,19
Outras Receitas Correntes	395.111,76	248.981,93	258.004,92	589.420,52	7.257,30
<b>TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAL</b>	<b>353.851.563,66</b>	<b>369.262.490,87</b>	<b>369.831.023,55</b>	<b>415.392.194,85</b>	<b>498.788.808,52</b>
RECEITAS CORRENTES	326.162.718,01	353.141.839,01	351.457.992,35	389.751.683,88	478.165.401,28
RECEITAS DE CAPITAL	27.688.845,65	16.120.651,86	18.373.031,20	25.640.510,97	20.623.407,24
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>401.377.357,85</b>	<b>414.823.375,94</b>	<b>411.523.962,99</b>	<b>463.002.705,97</b>	<b>550.915.069,52</b>
Variação %		3,35%	-0,80%	12,51%	18,99%

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário – Relatório SECEX e FIPLAN

### 3. DESPESAS

7. As despesas executadas no exercício totalizaram **R\$ 483.974.821,80** (quatrocentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos), com a seguinte distribuição:

	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Empenhada (C)	% (C/A)
<b>Despesas correntes</b>	<b>485.492.224,00</b>	<b>484.742.224,00</b>	<b>444.308.132,40</b>	<b>91,52%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	370.059.392,00	372.259.392,00	352.028.686,71	95,13%
Outras Despesas Correntes	115.432.832,00	112.482.832,00	92.279.445,69	79,94%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>26.746.478,00</b>	<b>57.846.478,00</b>	<b>39.666.689,40</b>	<b>148,31%</b>
Investimentos	26.746.478,00	57.846.478,00	39.666.689,40	148,31%
<b>Total da Despesa</b>	<b>512.238.702,00</b>	<b>542.588.702,00</b>	<b>483.974.821,80</b>	<b>94,48%</b>
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas
<b>Despesas do exercício</b>		<b>483.974.821,80</b>	<b>419.904.845,73</b>	<b>419.904.845,73</b>

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário e FIP 617 - Relatório SECEX

8. A série histórica das despesas orçamentárias da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 2016 a 2020, revela aumento, com exceção do exercício de 2018, conforme demonstrado na tabela a seguir:



Grupos de Despesas	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Despesas Correntes</b>	<b>384.287.080,61</b>	<b>404.316.343,43</b>	<b>394.760.347,28</b>	<b>433.103.288,23</b>	<b>444.308.132,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	302.654.168,45	314.238.432,18	304.083.205,30	346.955.804,36	352.028.686,71
Outras Despesas Correntes	81.632.912,16	90.077.911,25	90.677.141,98	86.147.483,87	92.279.445,69
<b>Despesas de Capital</b>	<b>13.118.479,12</b>	<b>28.634.791,04</b>	<b>10.945.955,60</b>	<b>24.580.681,01</b>	<b>39.666.689,40</b>
Investimentos	13.118.479,12	28.634.791,04	10.945.955,60	24.580.681,01	39.666.689,40
<b>Total da Despesa</b>	<b>397.405.559,73</b>	<b>432.951.134,47</b>	<b>405.706.302,88</b>	<b>457.683.969,24</b>	<b>483.974.821,80</b>
<b>Variação - %</b>		<b>8,9%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>12,8%</b>	<b>5,7%</b>
<b>% de variação médio da Despesa</b>	<b>5,30%</b>				

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário e Relatório SECEX

#### 4. RESULTADO DA EXECUÇÃO

9. Comparando as **receitas recebidas** com as **despesas executadas (empenhadas)**, constata-se superávit de execução no montante de **R\$ 66.940.247,72** (sessenta e seis milhões, novecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos), conforme a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	Valor Total - R\$
(+) Receita recebida	550.915.069,52
(-) Despesa realizada	483.974.821,80
<b>(=) Resultado da execução - Superávit</b>	<b>66.940.247,72</b>
<b>% das Receitas</b>	<b>12,15%</b>

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário

10. Ao analisar o histórico da execução orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 2016 a 2020, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, exceto 2017, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
(+) Receita recebida	401.377.357,85	414.823.375,94	411.523.962,99	463.002.705,97	550.915.069,52
(-) Despesa realizada	397.405.559,73	432.951.134,47	405.706.302,88	457.683.969,24	483.974.821,80
<b>(=) Resultado da execução</b>	<b>3.971.798,12</b>	<b>-18.127.758,53</b>	<b>5.817.660,11</b>	<b>5.318.736,73</b>	<b>66.940.247,72</b>
<b>% das Receitas</b>	<b>0,99%</b>	<b>-4,37%</b>	<b>1,41%</b>	<b>1,15%</b>	<b>12,15%</b>

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário

#### 5. DESPESA COM PESSOAL



11. A despesa total com pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2020, foi de **R\$ 302.787.147,26** (trezentos e dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), correspondendo a **1,48%** do total da Receita Corrente Líquida.

12. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2016/2020, manteve-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

Despesa Total Com Pessoal - 2016 a 2020					
Ano	2016*	2017*	2018	2019	2020
Despesa Total Com Pessoal	196.572.886,18	231.850.272,72	270.560.268,32	302.178.471,75	302.787.147,26
%r máximo fixado	2,00%				
Aplicação - PGJ	1,57%	1,73%	1,78%	1,76%	1,48%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre dos exercícios 2016 a 2020 – Portal Transparência do MP/MT – Execução Orçamentária e Financeira e Relatórios da LRF

\* Resolução de Consulta 29/2016-TCE - Excluir IRRF das Receitas e Despesas

## 6. ATIVO CIRCULANTE

13. A Procuradoria-Geral de Justiça encerrou o exercício de 2020 com saldo de ativo circulante igual a **R\$ 375.169.575,33** (trezentos e setenta e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), distribuído conforme quadro a seguir:

Ativo Circulante	2016	2017	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	107.056.281,90	92.755.942,07	122.136.055,77	116.896.106,26	228.287.608,28
Créditos a Curto Prazo	92.215.335,51	124.955.177,42	165.718.328,82	177.754.476,97	143.491.143,45
Estoque	990.919,61	754.559,46	830.358,83	2.081.413,74	3.390.823,60
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>200.262.537,02</b>	<b>218.465.678,95</b>	<b>288.684.743,42</b>	<b>296.731.996,97</b>	<b>375.169.575,33</b>

Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial

## 7. PASSIVO CIRCULANTE

14. O saldo para o exercício seguinte relacionado ao Passivo Circulante foi de **R\$ 10.743.328,46** (dez milhões, setecentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte e oito reais



e quarenta e seis centavos), referente a obrigações de curto prazo, distribuído conforme a seguir:

<b>Passivo Circulante</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	12.997.664,52	-	16.057.241,47	2.696.653,91	5.589.946,38
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.650.018,11	1.405.815,02	797.497,70	369.641,28	2.066.309,77
Demais Obrigações a Curto Prazo	7.326.834,12	705.668,34	9.287.737,48	741.864,49	3.087.072,31
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>25.974.516,75</b>	<b>2.111.483,36</b>	<b>26.142.476,65</b>	<b>3.808.159,68</b>	<b>10.743.328,46</b>

Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial

## **8. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA DAS CONTAS ANUAIS**

15. Consta no Relatório Técnico Preliminar que a auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual, com fins de conhecer a organização administrativa e funcional da entidade, por meio do levantamento de informações que subsidiassem o trabalho de auditoria e, por consequência, viabilizassem os trabalhos de fiscalização, com base nas informações prestadas a este Tribunal de Contas, bem como das informações extraídas dos sistemas informatizados do órgão, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

16. A Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual apresentou, em caráter preliminar, 01 (uma) irregularidade, de natureza grave, relativa à gestão patrimonial no sentido de haver movimentação de bens sem a devida comunicação à Gerência de Patrimônio, ausência de plaquetas de registro, bens já em estado físico de desfazimento e/ou para doação e bens não localizados.

17. Regularmente citado, o responsável, tempestivamente, apresentou defesa e documentos, alegando que desde o exercício de 2017, a Procuradoria-Geral de Justiça está constantemente adotando medidas para melhoramento do controle patrimonial, porém, no ano de 2020 as medidas planejadas sofreram dificuldades de serem implementadas, em virtude da ausência de trabalhos presenciais em decorrência das medidas de segurança para conter o Coronavírus.



18. 4. No Relatório Técnico de Análise de Defesa, a equipe de auditoria se manifestou pelo saneamento da única irregularidade existente, propondo recomendações.

## **9. DAS ALEGAÇÕES FINAIS**

19. Não houve apresentação de Alegações Finais.

## **10. DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**

20. O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 5.689/2021** do Procurador Alisson Carvalho de Alencar, opinou no sentido de julgar regulares as Contas Anuais de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, exercício de 2020, com recomendações à atual gestão.

21. **É o relatório.**